AEDOS Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS

Como Lendários Espartanos[1]: a invenção da heroica atuação da polícia paraense na Guerra de Canudos

William Gaia Farias[2]

Anderson Alexandre Cruz Vilhena[3]

Resumo: Partindo do pressuposto de que o ato da Proclamação da República foi um marco sociocultural, e o começo efetivo da construção dos militares brasileiros enquanto classe, esse artigo busca, através de textos de quatro importantes militares paraenses de fins do século XIX sobre a guerra de Canudos, perceber a possibilidade de um discurso de classe que possa representar as características discursivas dessa "nova classe" social no Estado do Pará.

Palavras-chave: Militar; Canudos; Discurso.

Abstract: Assuming that the act of the Proclamation of the Republic was a socio-cultural milestone and mark the beginning of the making of the Brazilian military as a class, this article seeks through texts of four major military personalities from the Pará State of the late XIX century about the Canudos War, to perceive the possibility of a discourse of class that can represent the discursive features of this "new social class" in the Pará State.

Key-words: Military; Canudos; Discourse.

O embarque das forças paraenses rumo a São Salvador, e, por conseguinte, ao Arraial de Canudos[4], sucedeu na tarde do dia 5 de agosto de 1897. A confiar na imprensa local, no entorno das quatorze horas, após pomposa cerimônia que teve lugar no então chamado Largo da Pólvora, a atual Praça da República. A coluna seguiu ao cais do porto de Belém, onde deram revista às tropas o recém-eleito governador do Estado, José Paes de Carvalho e seu vice-governador, major[5] Antônio Baena, bem como as magistraturas e autoridades locais.

Representantes de ambas as Forças Armadas existentes à época, Exército e Armada (a atual Marinha) e toda a sorte de entes da sociedade civil (FARIAS, 2010, p. 65)

[1] Citação extraída da obra de MARRECA (1940, p. 297), usada como elogio duplamente à ordem e disciplina dos soldados paraenses, e à paixão e desprendimento dos defensores de Canudos defendendo o seu "*habitat*".

[2] Universidade Federal do Pará. Contato: wgaia@ufpa.br.

[3] Universidade Federal do Pará. Contato: aalexvil@gmail.com.

[4] Os termos "arraial", "cidadela" "Belo Monte" e "Canudos", eram corriqueiramente utilizados na época para nomear o assentamento fundado por Antonio Conselheiro e seus seguidores às margens do rio Vaza-Barris. Eles terão no presente trabalho simplesmente essa função, sem qualquer denotação depreciativa.

[5] Como alternativa à constante repetição, as patentes e postos militares serão escritos por extenso em primeira aparição no texto e posteriormente abreviados em consonância com o Manual de Campanha C 21-30 (2002), salvo o posto hoje inexistente de Alferes que adotei por "Afr" e as graduações de Furriel que adotei por "Frr" e Aspençada que adotei por Asç (para evitar confusões com o moderno posto de Aspirante -a-Oficial: Asp.)

testemunharam a partida dos dois únicos Corpos de Infantaria com os quais a força pública paraense contava. As tropas embarcaram no vapor nacional chamado Pernambuco, deixando a segurança no estado ao Corpo de Cavalaria,[6] à Guarda Cívica de Belém – criada justamente para essa ocasião – e às Guardas Locais do interior, recentemente restabelecidas.

A partida teria se dado disciplinadamente, sendo marcada por discursos e rituais, uma vez que amplos setores da sociedade civil compareceram para apoiar a iniciativa do governo estadual de oferecer voluntariamente, e à suas próprias expensas, os serviços do Regimento Militar Paraense. Os jornais da época, sobretudo os mais abertamente partidaristas, não publicaram qualquer manifestação contrária à partida dos paraenses desde a aprovação do oferecimento da tropa no mês de março (FARIAS, 2005, p. 75-134). Ainda após o desastre da 3ª Expedição e a morte dos Coronéis Moreira César e Tamarindo, mesmo os jornais de oposição ao governo por questionarem a legalidade da guerra, aparentemente estavam unidos em torno do discurso de defesa da causa republicana.

Pelo contrário, é significativo justamente o discurso proferido em Ordem do Dia pelo comando do Regimento publicado no dia 06 de agosto de 1897, já no interior do navio, no qual o Coronel Comandante José Sotero de Menezes ordenou que fosse feito constar no assentamento de todos os praças e oficiais que estiveram presentes no embarque a "convecção e enthusiasmo com o qual [todos] se mantiveram na ocasião de deixar a Pátria Paraense" (APEP. Ordens do Dia / OdD nº 505). Nessa ordem, o Coronel Sotero se referiu a pontos centrais que, podemos supor, ele acreditasse que elevariam o brio e o orgulho da tropa paraense. Com esse intuito o comandante trabalha diversos signos que serão recorrentes nos discursos de militares encontrados durante a campanha.

Patriotas de uma nação maior

Ao início do discurso, enquanto ainda agradecia à "soldadesca", o coronel comandante afirmava que não poderia acorrer a tal risco confiante do triunfo, se não fossem estes membros do Regimento, "seja como soldados arregimentados, seja como cidadãos de cujo civismo não se pode negar, [...] firmado nos bellos princípios da disciplina" (*Ibid.*). Aqui se estabelecem princípios da ordem e disciplina que se impõem sobre a vida, indistintamente, civil e militar e que caminhavam então com a tradição militar cientificista presente na Escola

[6] Alguns termos e nomes foram encontrados nas fontes com formas de escrita divergentes, motivo pelo qual optamos pela grafia atual de tais palavras, à exceção de citações, nas quais será mantida estritamente a grafia do documento.

Militar da Praia Vermelha, responsável por formar os oficiais do Exército e berçário da "mocidade militar" que desfechará a Proclamação da República, sendo então neste momento a doutrina dominante.[7]

Sotero de Menezes invocou o "patriotismo" e a "abnegação" de seus comandados, bem como o "nunca desmedido amor às instituições republicanas e à causa da legalidade". Assim ele estabeleceu um paralelo com outros já reincidentes argumentos contra Antônio Conselheiro. Com seus exacerbados ataques ao laicismo do governo republicano Conselheiro se estabelecia como autoridade e ameaça política e ideológica. Isso já havia sido diagnosticado anos antes pelo vigário de Bom Conselho, que alertava para a transformação do humilde peregrino em uma espécie de "Governador, [que] promulga leis e desafia a hierarquia" (GALVÃO, 2001, p. 59), o qual já resistia a três campanhas militares, como um desafio ao projeto republicano.

Retornando ao discurso, Sotero de Menezes trata de agradecer aos soldados sem os quais este não poderia "correr com risco em busca do cumprimento de deveres [...] já que no socegado remanso [de] nossos lares soou a hora extrema de corrermos em defesa da Pátria 'amada'" (APEP. Ordens do Dia / OdD nº 505). Percebe-se uma característica da época quando o comandante exalta esse patriotismo. Não à toa o último terço do seu discurso é norteado pela reincidência da palavra Pátria, esta sempre em letra inicial maiúscula como nome próprio, e em destaque no papel.

É interessante notar, contudo que Sotero de Menezes não usou o termo fazendo referência ao país como mais contemporaneamente se faria, mas ao estado do Pará. Não que desapareçam as referências à unidade maior, de modo algum. Entretanto os adjetivos para o Brasil são usualmente "a República", "a federação" ou "o país", enquanto os laços afetivos mais próximos, que serão mostrados pouco mais à frente, e que são considerados inerentes a uma pátria, são resguardados para o estado natal, sinalizando um regionalismo latente e subjacente mesmo nesse discurso de teor nacionalista.

Isso é algo que se identifica na República tão cedo quanto à primeira mensagem do, também militar, primeiro governador eleito do Pará, Lauro Sodré. Este, ao tratar da

[7] O processo que levou à proclamação da República no Brasil está diretamente entrelaçado com a construção, ou o construir-se, das forças armadas brasileiras. Em especial do Exército onde, ao longo da penúltima década do século XIX, os grupos estudantis influenciados pela escola positivista europeia formularam as bases ideológicas de sua própria versão de republicanismo e do papel das forças armadas na sociedade. Essa "Mocidade Militar" formou a linha de frente ideológica, política e física do movimento que desembocou na Proclamação da República; após o que seus representantes e seus projetos de sociedade uma sociedade ordenada, hierárquica, disciplinada e progressista ganharam força e discurso nos meios civis e, especialmente, militares. Para um debate aprofundado sobre a formação político-ideológica das forças armadas ver: CARVALHO (2005); e para uma analise histórica da Mocidade Militar ver: CASTRO (2000).

"memorável revolução de 15 de novembro de 1889" da qual foi partícipe, acentua a independência regional que teve seu coroar com o fim do centralismo imperial e trouxe a

> [...] conquista dos foros de Estado autônomo e independente, [pois] Somos um grande Estado, que hoje, na posse da sua autonomia, e gerindo-se ao seu alvedrio, vê rasgados diante de sí grandíssimos horizontes. [Contudo que] Para encetar essa vida nova não devem saltear-nos infundados receios de que possam periclitar as instituições políticas vigentes. (MENSAGEM, 1891, p. 3)

Aqui Lauro Sodré, seis anos antes dos eventos catastróficos do sertão baiano e do discurso de Sotero, já relacionava o progresso ao regime republicano e condicionava ambos à autonomia do Estado. Algo que pode ser igualmente encontrado quando pensamos que o militar Sotero de Menezes considerava o termo "República" como um sinônimo de "Brasil". Nesse discurso, a partir da Proclamação os laços entre o país e o novo regime político não podem mais ser visualizados, pois eles são, virtualmente, uma mesma e inseparável entidade. Não é, pois, de se estranhar que nos anos seguintes Sotero de Menezes será identificado como laurista[8], o que o levará a desavenças com o novo governo estadual liderado pela oligarquia lemista[9].

Não apenas Sotero de Menezes condizia com tais ideais republicanos, mas um discurso muito próximo segue o então Tenente-Coronel, Antonio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, à época Comandante do 2º Corpo de Infantaria e futuro Comandante Geral e patrono da Polícia Militar do Estado do Pará. Este teria iniciado sua vida militar em 1890, como capitão do Corpo Provisório de Linha que, entre os anos de 1890 e 1891, foi o Corpo de Polícia do Estado; sendo desta forma o que mais se aproximaria de um oficial "natural" da força pública na medida em que não fora a oficial militar pro formação. Sotero de Menezes alcançou o posto por "grandes serviços prestados à República", os quais não são citados.

Em seu discurso publicado no dia 6 de outubro, por ocasião da tomada de Canudos (APEP. Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 538), *in facto* um misto de declamação poética, narrativa heroica e relatório documental, há um teor patriótico e republicano muito próximo do de Sotero de Menezes.

[8] Designativo dos partidários de Lauro Sodré, em oposição aos seus futuros inimigos políticos "lemistas" associados a Antônio Lemos. Ambos formaram grupos políticos e de influência paraenses que polarizarão as oposições políticas do Estado dentro dos próximos anos.

[9] Pelo termo "lemistas" ficaram conhecidos os políticos liderados por Antonio José de Lemos, jornalista e político de grande expressão durante a Primeira República no Pará entre os anos de 1889 e 1912. A partir de 1897, com a cisão do Partido Republicano do Pará, Lemos disputou o poder com Lauro Sodré. Neste período Antonio Lemos foi vereador e intendente de Belém e senador pelo estado do Pará (SARGES, 2002).

Outra inter-relação entre discursos, esta mais indireta, apareceu quando Sodré trata de garantir a estabilidade das instituições. Sotero de Menezes afirmou correr ao perigo e partir em defesa da pátria. Mas de que modo o arraial conselheirista[10], incrustado no árido do sertão nordestino, poderia representar perigo à pátria, especialmente essa pátria sendo identificada como o estado do Pará, quando está geograficamente tão longe? Como, se não através do que representava, por seu caráter simbólico, poderia Canudos alcançar o Pará?

Podemos inferir a existência aqui de um jogo de significados, pois estavam tão entrelaçados, simbolicamente, o regime republicano e o país que o violar das instituições republicanas ameaçava mesmo a existência do Brasil como Nação. No discurso de Sodré podemos perceber que, de forma até um pouco paradoxal, o progresso do Pará e mesmo sua existência não poderiam ser desvinculados da existência do país, pois a liberdade estadual seria condição *sine qua non* para o futuro. Desta forma, o país seria o baluarte das liberdades de cada estado da futura federação, seu papel é justamente garantir o futuro de cada estado brasileiro resguardando seus direitos. Não há separatismo por trás desse regionalismo já que, não é mais concebível o progresso da pátria sem a existência do país.

A virada do século XIX para o XX encontrou um momento de reestruturação das instituições territoriais como um todo, com o surgimento do conceito de Estado-Nação, e a organização das relações de produção em "economias nacionais" através do planejamento econômico em nível de país, diversas relações sociais viram-se esvaziadas ou reformuladas. Neste sentido cabe um destaque a burocratização, a padronização administrativa das subunidades nacionais e a formalização da educação oficial que levaram à transformação de vários setores da sociedade. Mais especificamente desdobraram, nas sociedades como um todo, à conversão de "pessoa" em "cidadão" (HOBSBAWM, 2008, p. 271-273).

Canudos representou a afirmação de uma unidade nacional consentida pelos paraenses combatendo ao lado do Exército Nacional contra um inimigo do regime republicano. Daí os oferecimentos de efetivo apoio bélico das polícias estaduais pelos.

Salgado Guimarães nos mostra que esse projeto unificador, a construção de uma nação a partir do Brasil Estado, recua mesmo à intelectualidade do Império (GUIMARÃES, 2011, p.

[10] Opto aqui pelos termos "conselheiristas", "canudenses" ou "jagunços" para designar indistintamente os partidários de Antonio Mendes Maciel, o "Conselheiro", que optaram por assentar-se no povoamento de sua fundação, servindo em especial este último para designar os defensores armados da povoação. Estes nominativos de uso corrente na documentação da época foram escolhidos para fim puramente ilustrativo, sem qualquer conotação pejorativa, preconceituosa ou tentativa de generalizar a diversidade de grupos que formaram a população e as forças de defesa de Canudos, sendo reconhecido que mesmo essa categorização marginal nem chega a se aproximar de um reflexo da complexidade das relações que se teciam dentro desse assentamento tão singular na história brasileira.

229-258), com Varnhagen e outros, além do advento de um modelo burocrático que visava controlar a vida política e social do país. Entretanto nesse momento em que um novo modelo de nação se impõe a partir de uma elite política diferente, ou mesmo oposta aos intelectuais monarquistas, como era a oficialidade científica militar, novas nuances aparecem.

No caso paraense esta construção nacional se apropriou dos laços protonacionais da região de modo a estabelecer um paralelo entre as lealdades locais e supralocais, e as novas demandas nacionais trazidas aos cidadãos, pois já se tratava de um conceito muito mais amplo que durante o período imperial.

Desse modo, a participação, e talvez mais importante ainda, o sucesso do Regimento na Guerra de Canudos representou a afirmação do Pará como um estado que se pretendia forte e próspero; um dos poucos que enviaram suas polícias em auxílio ao Exército, ao lado apenas da Bahia, diretamente envolvida, de São Paulo e do Amazonas. Em Canudos os paraenses firmavam também a unidade a partir da contrariedade, uma "contrastividade" que Castro debate, colocando a formação da identidade por um movimento duplo de distinção e de associação de indivíduos (CASTRO, 2004, p. 100-104), estabelecendo na oposição aos jagunços a identificação como militares e membros da federação, e na presença das forças federais sua oposição como "patriotas" paraenses.

Cidadãos e soldados da Pátria

Aparentemente Sotero de Menezes também objetivou alcançar os sentimentos menos jacobinos acerca da República. Em seu discurso recorre ao apelo emotivo, pois "esta aggregação santa de imagens queridas", na qual "nossas esposas e mães ao despedir-se saudosas sabiam que caminho da glória íamos a defesa em sua honra que é a honra nacional!". Vemos figurando agora também o traço característico brasileiro, a família nuclear e o papel "protetor" do homem sobre esta, bem como a sua honra familiar, lado a lado com a honra nacional caracteristicamente identificada, ou mesmo instrumentalizada na imagem sexista da "dama República" cuja obrigação de todo homem da nação era defender, como bem trabalha Peter Beattie (2004, p. 272-273).

No discurso de Antonio Fontoura também há um apelo pátrio personificado na imagem feminina semi-maternal[11] de uma "alma de joelhos" que, agredida por seus próprios

[11] Para um olhar mais profundo sobre a simbologia republicana vale mencionar a importância da influência da revolução francesa como sedimentar para o pensamento republicano brasileiro do século XIX. Sendo pertinente

filhos, clama por outros filhos seus que sejam "melhor compenetrados dos sacratissimos deveres de libertal-a" (*sic.*), empenhando-se os soldados em agir corretamente em frente da pátria que aguardava sob suas vistas esse "povo de bravos" diante dos quais após a derrocada do "Recanto de Selvagens" simultaneamente "curva-se banhada em lágrimas" pelos caídos e "sorri... abençoando aqueles que sobreviveram".

Algumas das figuras que Fontoura utiliza fazem também referência a conceitos que retornam ao episódio do fim do Império que ficou conhecido como a "Questão Militar" (CASTRO, 2000, p. 28-32. SCHULZ, 1994, p. 95-112), na qual pela primeira vez os militares teriam respondido como uma "classe" definida a uma cadeia de incidentes que terminaram por fomentar, ou ao menos estruturar, uma oposição entre, de um lado, o que poderia ser um primeiro esforço de estabelecer uma identidade militar e, do outro, a sociedade civil.

A classe política imperial como representante da sociedade civil foi especialmente alçada a "inimigos da farda", já que afrontava ideologicamente bens simbólicos como a "honra" e os "brios" militares que passaram a ser tratados como aquilo que o militar tinha de mais valioso, levando a uma unidade de ação que possibilitou ao pequeno grupo do baixo oficialato que iniciou a Proclamação a ter um apoio tácito dos militares em geral em nome da "farda".

No 2º Corpo, Antonio Fontoura recorreu a simbolismos militares como o "pavilhão auri-verde" sob o qual todos se reuniam e que fazia referência justamente ao momento crítico de um combate no qual o ponto de concentração e referência seria a bandeira aliada, no caso do Exército brasileiro, a nacional, tal qual a "bandeira tricolor do Corpo", que na atualidade é desconhecida, mas que os guiou à vitória. O símbolo desta vitória é justamente o ato de hastear as bandeiras do Corpo e do estado do Pará sobre os casebres em ruínas dos conselheristas derrotados, tanto no dia 25 de Setembro, quanto em 5 de Outubro, materializando o salvamento da "honra da República", afirmando e acendendo os "brios d'este grande povo" que lutou bravamente contra a suposta ameaça à estrutura republicana e em prol da manutenção das "Instituições democráticas" (OdD nº 538. *Op. Cit*.).

Curiosamente, Antonio Fontoura, em sua incógnita procedência, é quem apela para símbolos que tocam na identificação da soldadesca como "militares". O militar de carreira Sotero procura tocar os sentimentos subjacentes ao papel social de "homem" para justificar a campanha a seus soldados. Entretanto, o discurso de ambos converge em um ponto.

---

a compreensão de uma dimensão política indissociável das práticas sociais e culturais, como desenvolvida na obra de HUNT (2007).

Fontoura defendeu que, ao participarem da campanha de Canudos, ao lado das forças federais os militares do Norte estariam "honrando como sempre as paginas da História Paraense", estabelecendo um provável paralelo com outros momentos nos quais a província ou Estado do Pará teve participação em eventos de âmbito nacional, como a tomada de Caiena, ou a Guerra do Paraguai. Por isso, considera que o Pará cumpria o dever de levar a cabo essa "missão"; e que ainda que com pesar pela "lucta fraticida empenhada entre degenerados [...] brasileiros obscurecidos pelo fanatismo e bravos e intemeratos do engrandecimento social", o Regimento como instituição, a personificação do Pará progressista, os mantenedores do desenvolvimento estadual, o "Pará em armas" tanto quanto o Exército deveria ser o "Brasil em armas", estava também satisfeito por ter a oportunidade de prestar seus valorosos serviços à Nação. Seria uma obrigação à qual de forma alguma se podia furtar o Estado do Pará, o "monithor estrondoso e gigantesco do Collossal Amazonas" (*Ibid.*).

O comandante Sotero de Menezes relaciona e define então aquela pátria regionalista extensamente no que podemos resumir como "conjunto de ideais e sublimadas crenças", ou seja, recua a formação pessoal e cultural de cada indivíduo para a região à qual pertence, o meio social que ajuda a formar sua conduta moral. Define pátria ainda como a "conjugação de seres cuja concatenação de sentimentos fez progredir sob o influxo da paz que temos sabido fazer respeitar". Sendo então igualmente o "lar", o local onde se encontram os valores pessoais, materiais e morais de um sujeito, o lugar que concentra tudo aquilo caro a um homem e que, por tanto, vale ser protegido.

Daqui percebemos a abrangência que Sotero de Menezes pretende dar a seu discurso, onde ambas as definições buscam um sentido de conjunto, um senso de unidade de ação e de opinião sobre o qual se fundamenta o sentimento de pertença. Este pertencimento ao conjunto está discursivamente dirigido mais uma vez ao progresso e à estabilidade política, inserindo um novo fator a partir da conjugação no tempo passado do antepenúltimo verbo: "sabido fazer respeitar", a tradição.

Tradicionais militares do Pará

As tradições e seus símbolos são então marcadores de pertença, como demonstra Celso Castro (2002, p. 9-14). A informação subentendida de que há um "saber fazer" do Regimento Paraense em garantir o "influxo da paz" a um só passo cria um objetivo maior, que identifica e distingue-o, coloca essa atividade no tempo, em uma continuidade, "constrói"

uma tradição já estabelecida em fazê-lo. Este objetivo maior, a manutenção da paz, caminha ideologicamente com o progresso, tornando-os indissociáveis entre si e engrandecendo o papel de seus atores; *pari passu* a tradição na manutenção da paz e da ordem permite evocar o passado, construindo a identidade sobre o sentimento de continuidade e permanência de algo que supera o indivíduo isolado.

Essa criação ou "invenção" da tradição, nos termos de Eric Hobsbawm (2008, p. 12), é um desejo manifesto no discurso de ambos os Comandantes do Regimento. De modo que a necessidade de afirmação dessa identidade em processo de estabelecimento no Regimento Militar paraense visava percebê-lo como entidade singular, levando à criação de uma cultura própria e distintiva.

Este autor considera que há momentos de intensa e célere transformação social nos quais os padrões de referência sociais são destruídos ou substituídos por novos paradigmas. Esse processo leva à destruição ou ao esvaziamento de tradições mais antigas que não apresentam um nível de dinamismo e flexibilidade suficientes para adaptar-se a uma nova conjuntura; ou que perdem a pertinência sem a estrutura anterior que lhe embasava, sendo incompatíveis com a nova conformação. Esse "vazio" torna momentos como este, da reconformação política e ideológica do militar na transição do século XIX para o XX, os mais propícios ao processo de "invenção" de novas tradições que se concatenem com a nova conjuntura (*Ibid.*).

No caso específico da força pública paraense, consideramos que o momento de desenvolvimento destas práticas é mais claramente identificado após o levante de 1916[12] que aparenta representar uma ruptura dos ideais vigentes, ao menos para o oficialato que estava instalado no Comando. Embora tenha havido uma quebra de estrutura de Comando, a construção contínua de modelos ideais demonstra uma permanência e uma iniciativa de valorização institucionalizada da memória militar, como bem se pode considerar a partir do estabelecimento, em 1924, do dia 25 de setembro como o Dia da Força Pública do Estado e as iniciativas de construir um retrospectivo histórico da polícia, nos anos de 1917, 1928 e 1938 (MARRECA, 1940, p. 183-184). E ainda que ela esteja mais aparente em períodos posteriores, a existência destes valores e a primazia dos "oficiais de Canudos" no topo da

[12] Tal levante teria se dado pelos praças e oficiais inferiores da Brigada Militar que, com o apoio da população, tomaram os quartéis e removeram seus oficiais para impedir a posse do Governador então eleito e elevar ao Governo do Estado Lauro Sodré. Entretanto esse levante é apenas citado nos anais da polícia militar, carecendo de fontes e não sendo encontrado nenhum trabalho que possa embasar uma análise própria do evento.

hierarquia militar estadual desde 1897 são indícios de que a construção dessa tradição antecede à revolta.

Marreca, quando acuado no comando do 1º Corpo em 1916, avaliará a pouca confiabilidade de dois oficias que dispuseram-se a apoia-lo contra os rebeldes, recuará à participação destes na Bahia em 1897, "...pesava sobre estes dois oficiais acentuada nota de fraqueza, assim é que por tal foram rebaixados em Canudos, quando inferiores, por se haverem deitado, sem ferimento algum entre os mortos..." (*Ibid*. p. 147), estruturando a compreensão da guerra de Canudos como um atestado de valor militar aos soldados.

Nesse processo de oficialização da construção de uma memória policial militar projetada sobre Canudos, a obra de Marreca terá um papel fundamental.

Marreca e a saga de Canudos

O trabalho de Orvácio Deolindo Marreca não seria o primeiro sobre o tema, datando duas obras de Arthur Viana, uma de 1899 e outra de 1904 (GOMES FILHO, 2006, p. 48), das quais nenhuma foi encontrada, no entanto apenas o conhecimento de sua existência evidencia o interesse pelo tema. Quanto ao trabalho de Marreca, será apenas 40 anos depois da queda de Canudos que seu "A Milícia Paraense e sua Heróica Actuação na Guerra de Canudos" será publicado. Obra igualmente não encontrada, sendo aqui apenas analisado seu trabalho de 1940 que, realizado a pedido do Comando Geral da Brigada, tem o fim oficialmente expresso de

> [...] narrar com fidelidade as suas funções capitais, as fáses de instrução intelectual, moral e física, os seus surtos de progresso, em fim, a sua vida laboriosa e fecunda, que une fraternalmente todo um passado a um presente cheio de úteis atitudes, [e] por isso mesmo, a fonte em que todos os seus componentes vão buscar os elementos sólidos e indispensáveis para consubstanciar os seus [da corporação] trabalhos ou narrativas cívico-militares (MARRECA. *Op. Cit*. p. 39-40).

Esse trabalho já nasceu com a finalidade oficial e expressa de fomentar a criação de uma tradição e cultura policial militares. Neste sentido, Marreca, imbuído da autoridade de uma testemunha ocular da campanha, narra com verborragia e riqueza de detalhes o combate, o cenário de campanha e descreve alguns personagens que considerou merecessem destaque durante o desenrolar da história, levando a uma "verdadeira jornada pelos campos de combate do sertão baiano" (GOMES FILHO, 2006, p. 50).

Gomes Filho considera que Marreca apresenta uma "tendência" de retratar os membros do Regimento de forma heroica, e de transformar o combate de 25 de Setembro no "combate decisivo para a vitória das forças governamentais. (*Ibid*. p. 51)". Quando tratando do momento em que, no leito do rio, a tropa recebia seu "batismo de sangue", o quadro que o leitor é levado a pintar delineia uma situação extremamente dramática:

> Crepitavam os tiroteios initerruptos, zuniam as balas esfusiantes, do outro lado, crepitava feroz, continua e ensurdecedora a trabucada, as lazarinas ligeiras, os bacamartes 'boca de sino' e as 'manoliches' dos 'conselheiristas'.
> As baixas aviltavam as dezenas; o leito do rio já se achava juncado de cadáveres, o heroico capitão Cordeiro, ao ver recrudecer o combate, se colocará a frente de sua companhia, onde o projetil de um trabuco inimigo traspassou-lhe o peito, atirando-o ao solo, instantaneamente morto; apezar de procurar ampara lo, pegando num de seus braços, o tenete Rosa Chavez. (MARRECA. *Op. Cit.* p. 87).

Deve-se, entretanto, manter em mente a usual dramaticidade estilística inerente às obras da época. Mesmo quando pretensamente "racionalistas", elas ainda eram fortemente influenciadas pelo romantismo do XIX. Euclides da Cunha **(**2003) e mesmo a obra de Manoel Antonio de Almeida (2006) são igualmente exemplos. Claro que não se pode negar o aparente esforço de exaltar o heroísmo da tropa, ainda que a favor de Marreca o leitor deva levar em conta o impacto psicológico da situação ímpar de estar em combate. Exemplo dessa construção de heróis, o tenente Rosa Chavez, mesmo já exposto em campo aberto, provavelmente sob intenso fogo, se expôs ainda mais na tentativa de socorrer seu capitão. Os períodos curtos com as seguidas descrições de tiros que a passagem nos mostra, buscam justamente acentuar o caráter de urgência inerente a um combate desesperado.

Esse não foi o primeiro e nem o último momento da narrativa em que o caráter emergencial da situação acompanhado da disposição em ajudar seus "camaradas" foi evocado. Enquanto marchava com a 1ª e 2ª Companhia do 1º Corpo ao encontro da linha de ataque, o próprio autor testemunha que o primeiro ferido que viu o Sargento Raimundo de Vasconcelos recuava "amparado por dois músicos, para o Hospital de Sangue, **ligeiramente improvisado** e **rapidamente instalado** no acampamento do 2º Corpo" (grifos originais. MARRECA. *Op. Cit.* p. 87).

Nesse momento "a ala direita do 2º Corpo foi, em cumprimento á ordem recebida por Fontoura, pressurosamente posta em forma e se aprestava para seguir..." (*Ibid*. p. 86). A postos também estava o sargento José dos Santos, que trazia a requisição para uma ala do 1º Corpo, e ali chegou "esbaforido e arquejante" pela jornada em acelerado. Logo em seguida,

> [...] num ápice estava todo o Corpo em formatura regular.

> Ouvir ao emissario e cumprir a ordem recebida foi cousa de rapidos momentos; gastando-se alguns instantes, apenas, em retirar de forma muitas praças e alguns oficiais que insistiam em querer seguir para o combate, o que, entretanto, só foi conseguido em parte [...].
> De armas suspensas e em fogoso acelerado, a ala direita do 1º Corpo venceu a distancia que medeia entre a Favela e o Forte '7 de Setembro', em rapidos instantes... (*Ibid*. p. 86-87).

De maneira igualmente prestativa o comandante da Brigada, Coronel Sotero de Menezes, ferido, foi carregado nas costas pelo alferes do 24º Batalhão de Infantaria José Campelo. Quando ordenada a retirada, Marreca considerou que a Fontoura "custava-lhe mais que todos os sacrifícios até então suportados [...] Abandonar [...] aquele terreno coberto de sangue de seus companheiros" (*Ibid*. p. 92); o mesmo zelo se atestará posteriormente em uma solicitação administrativa de Fontoura, apelando para que, o Comando intercedesse pelos feridos que se encontravam em más condições no hospital improvisado (APEP. Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 488).

Sem dúvida essas demonstrações de disposição em socorrer os companheiros em necessidade de forma indistinta – praças ou oficiais – visavam pintar as cores do companheirismo e unidade ideais do contingente que, independentemente de postos, seria formado por homens livres cujas vidas eram importantes para o Regimento e para o corpo de militares como um todo. Era papel do grupo, zelar pela integridade de cada um de seus membros. Ainda que esta camaradagem não seja corporificada idealmente em uma figura específica, está pulverizada no comportamento recorrente de diversos militares paraenses como um todo, e é transcrita por esse mesmo termo, usado tanto por Fontoura quanto por Sotero de Menezes. Quando, em uma ocasião importante, pretendem evocar os valores do Regimento, sempre recorrem aos seus "Camaradas!".

Neste sentido simbólico de materialização de valores, encontra-se mesmo o uso singular de uma figura poética. No momento de invadirem a baionetas os abarracamentos, Marreca compara os soldados paraenses avançando quase em fila para o interior do arraial com "carneiros de Panúrgio" (MARRECA. *Op. Cit*. p. 90). Personagem do escritor francês Rabelais, Panúrgio se desentende com um vendedor de carneiros em uma viagem de barco, então compra o carneiro que mais balia e atira-o ao mar, levando todo o rebanho a segui-lo por instinto, inclusive o próprio vendedor, que buscava salvar sua mercadoria. Desde então a expressão seria usada para designar pessoas que seguem outras sem refletir, mas o tom elogioso do uso deste figurativo é justamente revelador do comportamento que Marreca espera das praças do Regimento, os quais, uma vez incitados pelo "carneiro que mais balia",

amantes da ordem e disciplina, deveriam acompanhá-lo sem refletir, alheios à própria segurança.

Tanto se percebe na cena que se segue, não sem motivo escolhida dentre tantas outras para ter destaque na narrativa do autor:

> Dando cumprimento á ordem recebida, José Lourenço leva a corneta aos lábios, tendo nesse momento sido arrebatada a mesma, por uma bala que levou-lhe o respectivo bocal.
> Calmo, sereno, sem o menor traço de agitação, José Lourenço junta o instrumento arrebatado e, metendo a mão no bornal, tira outro bocal e inicia o toque, interrompido ao soar a primeira nota por outra bala que, atravessando-lhe o peito prosta-o morto no solo.
> Um outro corneteiro então executa o toque ansiosamente esperado por Fontoura (MARRECA. *Op. Cit.* p. 89).

Esse momento, em que, preso ao leito do Vaza-Barris, Fontoura opta pelo toque de carga para desentrincheirar o inimigo e salvar seus homens da derrota, é bem elucidativo quanto a isso. Na narrativa de Marreca, o corneta-mor, impávido, cumpre sua ordem, não lhe importa o perigo a que se expõe, menos ainda o primeiro impedimento ao cumprimento da ordem que recebeu. Possuía ainda outro bocal, a "munição" de seu ofício. Então continuou, de forma abnegada e desprendida de sua própria segurança, a missão que lhe havia sido delegada, pagando com a vida pela obstinação. Homólogo comportamento se segue, no ponto alto da narrativa do combate, e repete mesmo a figura do comportamento "carneiro" quando descrita a carregada de baionetas:

> [...] era assaltada á baioneta a trincheira 'conselheirista', [...] cujos defensores, num último lance de desespero, fuzilam os atacantes com redobrada intensidade.
> O ímpeto foi leonino, o movimento foi geral; aquele rebanho inteiro de homens agiu como se fora movido por uma unica personalidade... (*Ibid*. p. 89).

Tanto a unidade de ação quanto a disposição da tropa de fazer o que fora designado são reincidentes, bem como novamente a figura do movimento de "rebanho" que justamente corporificava essa comunhão entre os militares do Regimento. Unidos pelo dever e guiados pela "personalidade" de seu líder, tudo mais além de seus objetivos designados era de menos importância, a segurança pessoal seja de praças, seja de oficiais, estava relegada a uma posição posterior ao objetivo:

> Combatentes, salpicados de sangue, com a morte dita dos olhos, êntre milhares de projetís que rebentavam sem cessar, tropeçando sobre cadáveres, feridos e agonisantes, todos se empenhavam na luta com louco ardor, avançando, avançando sempre, levando tudo de vencida... (*Ibid*. p. 190).

Portanto, esse militar ideal, destemido, disciplinado e disposto ao combate, tem como sua principal característica e o valor maior de seu papel a ação, a atividade regida por seus superiores qualificados a exercer funções de liderança, sob cujo comando mesmo que, diante da pior ameaça, não se furta ao cumprimento dos deveres a ele atribuídos, agindo de bom grado e com a ferocidade que lhe é devida pela paixão que deve ter pelos ideais que o movem.

Análises anteriores acerca do Regimento mostram, entretanto, uma tropa que mesmo não sendo teoricamente constituída nas mesmas bases sociais que o Exército, demonstra lidar com problemas e limitações bem parecidas em termos de manutenção de efetivo e de disciplina (VILHENA, 2011).

Aqui se encontra, talvez, o reflexo de 1916 na obra de Marreca, um dos comandantes "exonerados" por seus próprios homens nessa data. Em sua narração da campanha de Canudos, encontraremos nos praças que ele descreve um comportamento inteiramente inverso. Os soldados paraenses formam um modelo de soldado, apaixonados pelos ideais que os mobilizam, estes representantes da "Pátria paraense" são a sinédoque da sociedade paraense. Com o adendo de que, ainda que sejam "corações inflamados" pela causa, ainda assim são dóceis a seus comandantes, docilidade ausente no "colapso da disciplina" que Marreca tanto condena em 1916 (MARRECA. *Op. Cit.* p. 154).

Salve Fontoura, o precursor da vitória[13]

Esse "modelo" de coragem militar aparenta poder ser extrapolado para os oficiais, com o adendo de um dever, o de zelar pela disposição dos praças. Como no momento em que o major Calixto e o capitão Asclepiades "num golpe de audacia" (MARRECA. *Op. Cit*. p. 88) desceram ao leito e incitaram, de sabre em punho, os praças que buscavam refúgio no barranco oposto à trincheira, a transporem-na e darem combate ao inimigo; o custo da audácia foi a queda do capitão ferido no braço. Em situação parecida caiu o capitão Batista, que foi morto em frente às próprias linhas e diante de sua Companhia inteira, ao ter tomado a frente no momento em que teria considerado "recrudescer o combate" (*Ibid*. p. 87), empenhando-se em conseguir o desprendimento da tropa pelo exemplo de coragem. Essa disposição de "liderança pelo exemplo" encontra para o Regimento do Pará seu epítome no comportamento homólogo do tenente-coronel Antonio Sérgio Fontoura.

[13] Trecho extraído do atual Hino da Polícia Militar do Pará.

Fontoura assume, para Marreca, um nível de destaque especial. Ao contrário das características ideais identificadas nos praças mostradas anteriormente, e que estão dispersas por vários personagens ou pela unidade da tropa, a figura do tenente-coronel Fontoura concentra todos os valores que o autor considera caros tanto ao todo do Regimento quanto aos oficiais. Fontoura, tal qual o capitão Batista, salta em "resolução singularmente estoica" (*Ibid*. p. 89), avançando ao centro do leito, frente à linha de combate, e tal qual Calixto ou Asclepiades, de sabre em punho, organiza e anima seus homens, lidera pelo prestígio e inspira pelo exemplo, toma como se sempre tivesse sido seu o dever que acabara de cair em suas mãos, comandar os paraenses em armas.

A ele são atribuídas todas as características que simbolizam o oficial militar, o "brioso oficial, cheio de pundonor" (*Ibid*. p. 89). Torna-se maior que si mesmo quando assume o comando, incendeia o ardor combativo de seus homens unidos pelo "fio de ouro do mesmo ideal" e motivados pela liderança de Fontoura. Ao lado do herói de Marreca os soldados são a própria personificação do soldado-cidadão ideal, avançando com disciplina e lutando com paixão pela causa e pela Pátria.

De modo auspicioso, o herói de Canudos para o Regimento paraense não foi egresso do Exército, ele foi primeiramente um militar do Estado do Pará, nascido igualmente nesse estado e oficial do Regimento. Isso será de vital importância para as proporções que sua imagem assumiu, palavras do próprio Marreca, que considera ter Fontoura agido "como paraense nato que era". Quando motivando a tropa, foi esse patriotismo regional que Fontoura evocou, sendo sob o seu "Viva ao Pará" que a linha inteira lhe respondeu e foi salva do "colapso moral e de desânimo!". No marco da vitória de 25 de setembro, ao desfraldar das bandeiras, não se contentou apenas com o pavilhão nacional, ordenando que fosse trazida a do Pará desde o acampamento para que se desfraldasse o estandarte estadual ao lado do nacional (*Ibid*. p. 91).

No impasse gerado pela operação não autorizada que levou ao grande combate dos paraenses no dia 25 de setembro, Marreca faz a defesa. Mostrar Fontoura como um militar exemplar, "inteligente e enérgico", astuto mesmo, para perceber o movimento de flanqueio do inimigo que a Artilharia tentava sinalizar (*Ibid*. p. 90-91), e paradoxalmente comprovando suas capacidades militares e seu patriotismo, decidiu-se por desobedecer à ordem de retirada. Essa indisciplina mais tarde seria tratada pelo autor como o atestado ao bom militar que era. Diferentemente do que se esperaria de outros, a iniciativa do ataque, e principalmente, a

opção pela desobediência à ordem superior, sendo de Fontoura, tinha de ser entendida dentro de seu contexto:

> [...] tendo o seu proceder rigorosamente enquadrado na latitude deixada para a execução prática dos serviços de campanha, tal seja uma iniciativa refletida e fecunda.
> O militar, devendo adotar rapidamente a solução que melhor se coadune para salvar uma situação iminentemente perigosa, assume, por isso mesmo, sob sua inteira responsabilidade, o dever de cooperar inteligentemente para o fim a atingir.
> Era o que acontecia á Fontoura [...]
> Naquele extremo de sua vida, Fontoura sentindo flamejar em seu coração o fogo da indignação, ateada pelo sentimento do patriotismo, colocou a cima de tudo, o brio militar. (*Ibid*. p. 92).

Com a nova ordem de manter posições afirmava-se então a vitória do dia de mais intenso combate das forças paraenses que viam incessantes escaramuças desde sua chegada ao campo de batalha.

Na exaltação da participação paraense alimentada por um regionalismo latente, o Fontoura apresentado por Marreca aparece como aquele "constructo ideal" do qual Celso Castro fala. Aquela entidade que sintetiza as características próprias do grupo em questão. O Fontoura que Marreca mostra no comando dos paraenses em Canudos personificou em si a forma de liderança que Castro denomina como ascensão pelo "prestígio", a qual se deve à sua influência individual, e o comando pela "autoridade", cuja primazia não advém da individualidade, mas de uma força social impessoal (CASTRO, 2002, p. 27-28).

Para Marreca, Fontoura conquistou a segunda quando Sotero de Menezes, ferido, se retirou do combate, e a primeira quando, no leito do Vaza-Barris, compartilhou do destino de seus homens.

Em Marreca o tenente-coronel Fontoura representou não apenas uma liderança inconteste, por reunir ambas as formas de autoridade, a institucionalizada e a pessoal, mas igualmente simbolizou em seu comportamento o valor guerreiro que se esperava de um militar, o desprendimento em se arriscar e a prontidão em servir em nome de ideais.

Quando da morte de Sotero de Menezes, em 1921, a este oficial é despendido o respeitoso tratamento de um "companheiro de armas". O então Marechal Sotero, do Exército Nacional, é um "veterano da guerra do Paraguay, cuja campanha fez do princípio ao fim, sendo condecorado pelo seu proprio paíz, pela Argenina e pelo Uruguay", com extensas qualidades de militar e soldado, mas o qual, em termos de serviço militar prestado ao Pará mereceu apenas o pontual comentário de ter conduzido o Regimento a Canudos (*Ibid*. p. 169-

170), valendo uma ênfase ao uso do verbo "conduzir", pois aparentemente, para a campanha de Canudos, o verbo "comandar" estava dedicado a Fontoura.

Diferentemente, Fontoura, em seu falecimento, no ano de 1923, é lembrado como modelo de militar dedicado ao Pará, presente na força pública desde o "nascimento" desta. Em sua "indômita bravura" assumiu a responsabilidade de carregar o nome e a honra de seu estado natal aos confins da Bahia, demonstrando pelas suas qualidades e pela importância que assumiu na operação que "[...] não tinha perecido com Gurjão, em Itororó, o valor guerreiro dos filhos do Pará" (*Ibid*. p. 179-180). Assumiu assim Fontoura a representação máxima do militar e do paraense e isso se provou pelo "atestado de valor" que representava a sua passagem pelo "batismo de sangue" no sertão baiano.

Celso Castro identifica a questão da ritualização e da construção simbólica não apenas como marcador de pertença, mas igualmente como um caráter perpetuador de valores. Castro debate a forma como, no Exército, à frente de Benjamin, "O Fundador", Deodoro, "O Proclamador" e Floriano, "O Consolidador" sobressaem os cultos a Osório, o soldado-cidadão da Primeira República, que representava seu modelo militar combativo e com ênfase na moral e no ímpeto, e Caxias, o aristocrata-estrategista cujo culto o definia como ideal militar com a finalidade simbólica de cultivar a disciplina, a legalidade, a consternação e a ordem (CASTRO, 2002).

Dessa feita, e sob a mesma perspectiva, o papel de Fontoura aparenta ser o de representar o ideal do oficialato policial militar, assim como o de possibilitar que esse ideal fosse visualizado e compreendido. Fontoura deveria possibilitar a transferência e o aprendizado, por parte dos vindouros, de um molde de oficial militar, policial e paraense, não de modo a enfatizar o ânimo da ação como Osório, nem o ideal de modelo aristocrático inatingível como Caxias, mas um misto de ambos, com uma aproximação da imagem ativa e humana, inspiradora tal qual Osório, mas igualmente afeito à disciplina, ao profissionalismo e ao distanciamento político em nome do senso de dever associados a Caxias.

Seria difícil precisar quando o "patronato" de Fontoura efetivamente começou. A primeira década do século XX, período no qual se estabeleceram os cultos a Caxias e Osório, foi o período no qual Fontoura manteve-se à frente da polícia.

Celso Castro percebe o aparecimento dos patronos das turmas da Escola Militar iniciar-se em 1923, ano da morte de Fontoura. Devemos considerar ainda a conotação de seu falecimento, diante do qual, mesmo tendo recebido sua baixa há mais de uma década, o Comando Geral ordenou que "fosse hasteada á meia verga, a bandeira nacional, em todos os

quartéis e cobrisse de feltro a mesma bandeira do Estado que a milícia paraense levou a Canudos e que veio de lá sagrada pela vitória...” (MARRECA. *Op. Cit*. p. 180). E ainda a institucionalização do dia 25 de setembro como Dia da Força Pública do Estado no ano de 1924, em memória da campanha de Canudos e de “um dos seus mais heróicos feitos” (*Ibid*. p. 184). É de se supor a possibilidade de, paralelamente ao fenômeno de institucionalização das tradições do Exército, encontre-se em igual processo de oficialização no Estado do Pará a memória do 25 de setembro, e a de Fontoura.

A parcela de importância da obra de Marreca nesta construção da tradição policial militar acerca de Canudos está justamente dentro desse processo de oficialização. Escrevendo ambas as obras após a Revolução de 1930, durante a qual a Brigada Militar foi extinta pelo interventor Magalhães Barata, para ser recriada no caso do Pará em 1934, sob campanha dos militares das corporações suprimidas; as obras escritas em 1937 e 1940 chegaram apenas poucos anos depois do sucesso desta iniciativa das polícias militares estaduais. Marreca então parece buscar um retorno à tradição ou aos simbolismos anteriores da instituição, procurando simultaneamente “reconstruir” ou “reinventar” a memória policial militar acerca de Canudos. Indício disso bem seria a Romaria Cívica ocorrida tardiamente, no ano de 1939, narrada em sua obra, com a finalidade de, após as comemorações do dia da Força Pública, realizar homenagem póstuma ao seu patrono, o coronel Fontoura.

Conclusão

É importante perceber a dimensão ainda maior que o movimento de Canudos alcançou pelo envolvimento de instituições e sujeitos de diferentes regiões da então recém proclamada República brasileira. Foi neste conhecido e destacado movimento da História do Brasil, marcado pela imposição da força militar da República sobre os sertanejos seguidores de Antonio Conselheiro que a corporação policial militar paraense encontrou os principais elementos simbólicos de construção de sua identidade e das narrativas tidas como heróicas. Ou seja, a participação da polícia paraense na Guerra de Canudos é marco fundamental da construção de sua imagem.

O discurso patriótico, nacionalista e republicano de Sotero de Menezes parece buscar projetar sobre a força pública a mesma carga ideológica que se identifica na “mocidade militar” que arquitetou a Proclamação. Conteúdo e linguagem similares são encontrados nos

discursos do expoente republicano paraense Lauro Sodré, no futuramente lendário tenente-coronel Fontoura e no seu bardo, Marreca.

O discurso desses oficiais militares de diferentes origens e formações, e que atingiram destaque de formas diversas, deixam perceber uma linguagem comum. Mais que veículos de um discurso militar que chegara ao poder político e buscava se estruturar e expandir, eles representavam discursos guiados e expressavam um projeto de civilização mesmo. Mas o ponto em questão é a possibilidade de, através desse discurso, encontrarmos tanto esses projetos quanto suas nuances mais evidentes, seus conflitos internos diretos e, talvez, a atribuição de sentido aos termos-chave desse discurso.

Para além da constatação desse discurso que tenta impor sua linguagem hegemônica do topo à base, é importante perceber a própria reelaboração desse discurso ao longo do tempo. Negociando com a sociedade circundante ele se flexibiliza, como ocorre no caso do termo Pátria para o regionalismo encontrado no Pará. Poderíamos dizer então que esse projeto se articula e reconstrói em um diálogo estabelecido com a realidade social.

Ao longo do processo de construção desse ideal de militar e de sociedade paraense/brasileira podemos considerar as demandas sociais – como as dos praças que formavam porcentagem esmagadora do Regimento, e as da sociedade paraense que esses militares pretendiam representar – como forças subterrâneas, mas decisivas. Trata-se de um campo amplo que ainda aguarda a possibilidade de ser analisado.

Recebido em: 23.04.2015. Aprovado em 24.09.2015.

Referências

ALMEIDA, Manuel Antonio de. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). Secretaria de Segurança Pública. ***2º Corpo de Infantaria* / *Ordens do Dia / OdD* nº 505.** Ano: 1897.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). Secretaria de Segurança Pública. *2º* **Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 488.** Ano: 1897.

BEATTIE, Peter M. "Ser Homem Pobre, Livre e Honrado: a sodomia e os praças das Forças Armadas Brasileiras". In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____, Celso. **A Proclamação da República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Provincial Presidential Reports (1830-1930) / Pará / Mensagem 1891, p. 03, 11-12. Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública. **2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / OdD nº 538.** Ano: 1897.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões.** São Paulo: Nova Cultural, 2003.
_____, Euclides da. **Canudos: Diário de uma Expedição**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

FARIAS, William Gaia. "A Brigada Militar do Pará na Guerra de Canudos". In: **Revista Alpha**. Patos de Minas, UNIPAM, 2010, vol. 11, nº 11, pp.62-71.

_____ . William Gaia. **A construção da República no Pará (1886/1897).** Tese (Doutorado em Historia Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2005.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil de 1838-1857**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

GOMES FILHO, Gregório Ferreira. **Extremos na Historiografia Brasileira: Marreca e o Regimento Militar do Pará na Campanha de Canudos**. Monografia (Bacharelado e Licenciatura Plena em História) UFPA. Belém, 2006.

HOBSBAWM, J. Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. (Orgs.) **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2008.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MANUAL DE CAMPANHA C 21-30: Abreviaturas, símbolos e convenções cartográficas. Estado Maior do Exército. EGGCF. 2002.

MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. **Histórico da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939**. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Memórias do "Velho" intendente: Antônio Lemos – 1869 – 1973.** Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850 – 1894.** São Paulo. EDUSP, 1994.

VILHENA, Anderson A. C. **Canudos: Memória, história e identidade policial militar paraense.** Monografia (Bacharelado e Licenciatura Plena em História). Belém: UFPA, 2011.